



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PROMOVENDO A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: O
PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

ELIANE DE CARVALHO SOUSA

**BRASÍLIA
Novembro de 2005**

Eliane de Carvalho Sousa

**Promovendo a democracia na América Latina:
O papel dos Estados Unidos da América**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof^a. Raquel Boing Marinucci.

BRASÍLIA
Novembro de 2005

ELIANE DE CARVALHO SOUSA

**PROMOVENDO A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA:
O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

Banca Examinadora:

Profa. Raquel Boing Marinucci
(Orientadora)

Profa. Renata de Melo Rosa
(Membro)

Prof. Tarciso Dal Maso Jardim
(Membro)

**Brasília
2005**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade e capacidade de ter concluído o curso de Relações Internacionais;

Agradeço aos meus pais pelo incentivo e amor incondicional;

Agradeço ao meu marido Valdomiro pelo apoio e estímulo essenciais para que eu pudesse levar adiante a minha disposição de iniciar e concluir este curso;

Agradeço também ao meu marido, e especialmente aos meus filhos, Felipe, Gustavo e Débora, pela compreensão da minha ausência durante o tempo dedicado ao curso e à elaboração desta monografia;

Agradeço à Professora Raquel Boing, minha orientadora, por acreditar na minha capacidade e pela estreita colaboração através da sua dedicação, paciência e correta orientação do desenvolvimento do tema por mim escolhido;

Agradeço aos professores do Curso de Relações Internacionais pela contribuição de cada um deles ao longo do curso, dando-me subsídios e possibilitando o meu aprendizado em cada uma das etapas, ao repassar para nós alunos os seus conhecimentos, na busca de uma boa formação profissional;

Agradeço o convívio dos colegas ao longo desses anos, quando pude fazer novos amigos, verdadeiros tesouros que carregamos nas nossas vidas.

RESUMO

Ao abordar a promoção da democracia na América Latina e o papel dos Estados Unidos da América nesse processo, este trabalho mostra um panorama geral da situação dos governos democráticos dos países da América Latina, levando-se em conta os ingredientes dessa democracia de acordo com as definições teóricas de autores como Tocqueville, James Madison e Robert Dahl, aqui explicitadas. É também apresentado o conceito de hegemonia, no intuito de se dar um melhor entendimento ao processo da adoção e consolidação do regime democrático nos países da América Latina, que se deu de forma progressiva e diferenciada em cada um dos países. A história de todos eles demonstra uma sucessão de golpes de estado e regimes ditatoriais, onde o grande *hegemon* sempre esteve presente como patrocinador e defensor do regime democrático, procurando ‘salvar’ os países da ameaça de outro regime que não a democracia. Hoje, a opção desses países é pelo regime democrático, que tem se desenvolvido em diferentes escalas, sendo Cuba a grande exceção. Mas a interferência norte-americana é interpretada como uma invasão à soberania desses países, utilizando-se de subterfúgios para atender aos interesses econômicos do país através de cada política externa desenvolvida para a região.

Ao falar da América Latina, este trabalho considera os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
SUMÁRIO	V
INTRODUÇÃO	1
I. CONCEITOS TEÓRICOS.....	2
1. Sobre a hegemonia	2
2. Sobre a democracia	6
II. A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	15
1. Um panorama da América Latina	15
2. Cuba	21
3. O Chile	24
III. OS EUA E A AMÉRICA LATINA.....	29
CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a adoção e a consolidação do regime democrático pelos diversos governos dos países da América Latina, destacando a participação dos Estados Unidos da América como promotor dessa democracia.

O primeiro capítulo apresenta conceitos teóricos de hegemonia e democracia, buscando definir valores que estão implícitos nas atitudes do governo norte-americano que respaldam as suas políticas externas ao lidar com os países latino-americanos. A discussão teórica vai também dar subsídios para se analisar o nível de democracia nos Estados da América Latina, abordagem feita no segundo capítulo.

A partir daí, o trabalho se desenvolve com uma análise do panorama geral da situação política daqueles Estados, onde se busca a verificação de características democráticas na sociedade dos países, e as conseqüências das políticas adotadas por esses governos na promoção do bem-estar da sociedade, dando especial destaque a Cuba e Chile por serem dois casos representativos: o primeiro da resistência ao *hegemon*, e o segundo de um país tradicionalmente democrático que viu o curso da sua história modificado em função de um golpe militar com a participação dos EUA. No caso específico de Cuba, ressalta-se o fato de que esse país resistiu às pressões norte-americanas para adotar o que seria o modelo hegemônico de regime de governo, a democracia, tendo Fidel Castro se mantido no poder e conseguido desenvolver uma contra-hegemonia.

Por fim, no terceiro capítulo, busca-se fazer uma análise das políticas do governo norte-americano com relação aos países da América Latina apontando para atitudes intervencionistas não-democráticas, em nome da democracia, que se revelam como atitudes hegemônicas na defesa de seus interesses econômicos e estratégicos. Nesse sentido, o golpe militar no Chile, que teve a participação direta dos Estados Unidos, é um exemplo de ação anti-democrática utilizada pelo *hegemon* que prega a democracia como forma ideal de governo.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, através da seleção de livros e textos referentes ao tema.

I. CONCEITOS TEÓRICOS

Falar de democracia e de Estados Unidos da América nos leva à necessidade de entendimentos de conceitos básicos tais como hegemonia e a própria democracia. Os Estados Unidos têm exercido uma hegemonia em todos os aspectos e ocupam essa posição desde o final da Guerra Fria, tendo demonstrado sua capacidade em várias circunstâncias. Este capítulo traz a discussão sobre os conceitos de hegemonia e democracia, numa abordagem teórica, para que fique mais explicitado o tema a ser desenvolvido nos capítulos seguintes.

O conceito e os valores da democracia estão permanentemente implícitos no discurso político norte-americano. São valores profundamente arraigados e que servem de fundamentos para as ações da política externa do país, caracterizando-se como a ideologia do país hegemônico.

1. Sobre a hegemonia

Sob determinado ponto de vista, o conceito de hegemonia implica uma relação interestatal de potências, o domínio de um país sobre outros, e prescinde de regulamentação jurídica. É uma forma de poder de fato, onde não se aplica o uso de armas ou de força.

Norberto Bobbio define sistematicamente a hegemonia:

“(...) a supremacia de um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema. A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também freqüentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia.”¹

No entanto, pode-se ir além dessa definição ampla, buscando o entendimento de outros atores. Dentro de um contexto historicista, Antonio Gramsci, autor marxista, defende que um conceito deve estar ligado a uma situação específica para que seja mais preciso, e lança mão de duas tendências para sua idéia de hegemonia. A primeira está ligada aos debates da Terceira

¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). *Dicionário de Política*. 5ª. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, Vol 1, p. 578.

Internacional Socialista. A diferença é que ele ressalta a hegemonia da burguesia, ao invés da ditadura do proletariado sobre a classe trabalhadora, como propõe Lênin.

Na segunda tendência, o autor recorre a Maquiavel no que se refere à busca de liderança e o apoio de uma base social para assegurar a governabilidade. No contexto de Gramsci, na Itália, são fundamentais essa liderança e apoio como alternativa ao fascismo, uma combinação de consentimento e coerção, e uma vez que o consentimento está à frente, a hegemonia prevalece, significando essa hegemonia o predomínio ideológico dos valores e normas de uma classe dominante, onde o conceito de realidade é difundido por toda a sociedade em todas as suas manifestações institucionais e privadas.²

O autor atribui o exercício da hegemonia no capitalismo à burguesia, aos mecanismos e aparatos da classe dominante, através da conquista de um consentimento ativo por parte da classe dominada. Ao fazer concessões à classe dominada, a burguesia tinha em troca a aquiescência dessa classe na sua liderança. A hegemonia exercida dessa forma se encontra fortemente enraizada na sociedade civil, estrutura básica reconhecida como o limite da ação política. Ao ressaltar a importância da estrutura política na sociedade civil, o que facilita inclusive a governabilidade, estabelecendo limites aos governantes, Gramsci revê a definição de Estado, redefinindo também a superestrutura, que leva em conta a estrutura da sociedade civil, difundindo a ideologia da classe dominante com suas tradições, além do aparato administrativo, executivo e coercitivo de governo, ou seja, o próprio Estado, sociedade política.³

Carlos Nelson Coutinho enfatiza o conceito de Estado em sentido amplo definido por Gramsci, o qual comporta a sociedade política – “Estado-coerção”, formada pelo conjunto dos mecanismos que possibilitam o monopólio legal da repressão e da violência, e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, incluindo escolas, partidos políticos, sindicatos, e outras organizações privadas. Tem-se aí uma “... hegemonia escudada na coerção”⁴. Através da sociedade civil, as classes buscam consenso, exercendo sua hegemonia, e através da sociedade política, elas exercem uma dominação mediante coerção, possuem o monopólio do aparelho repressor, que assegura de

² COX, Robert. “Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method.” In: GILL, Stephen. *Gramsci, Historical materialism and international relations*. New York: Cambridge University Press, 1993, p.50.

³ *Ibidem*, p. 51.

⁴ GRAMSCI, Antonio. Apud: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 127.

forma legal o comportamento dos grupos que não consentem. Coutinho fala da materialidade própria da sociedade civil e política. Para ele, a sociedade civil se desenvolveu e se organizou, criando instituições próprias para assumir o seu papel, ganhando uma autonomia material com relação ao Estado, o que lhe dá independência dotada de legalidade própria, e que, segundo ele, “funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção”.⁵ Ele conclui afirmando que: “... em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social”⁶.

Gramsci enfatiza a importância da consciência e da ideologia na formação da hegemonia. O autor leva em conta a liderança moral e intelectual da classe dominante (que no campo internacional pode ser o país hegemônico), que procura impor sua própria visão de mundo como abrangente e universal a outros países, fazendo com que os interesses e necessidades desses países se voltem a seus próprios interesses, criando até mesmo uma relação de dependência.⁷ A hegemonia de Gramsci é uma dominação ideológica que se estende a todos, e se aplica a uma relação de dominação e subordinação dentro de uma ordem mundial.⁸

A relação de força entre sociedade civil e sociedade política traz à tona dois conceitos de Gramsci: guerra de movimento e guerra de posição. A definição desses conceitos está presente no estudo sobre o pensamento de Gramsci, por Coutinho, quando ressalta que:

“... nas formações ‘orientais’, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma ‘guerra de movimento’ ou de ‘manobra’, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no ‘Ocidente’, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (‘guerra de posição’), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação.”⁹

Isso fica evidente no contexto das revoluções da Rússia e Europa Ocidental, como nos coloca Robert Cox¹⁰ ao rever Gramsci. Segundo Cox, Gramsci via uma diferença básica entre Rússia e Europa Ocidental no que diz respeito à força relativa do Estado e sociedade civil: na Rússia, o aparato do Estado era forte, e a sociedade civil era fraca, “subdesenvolvida”. Uma

⁵ COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. cit.*, p. 129.

⁶ *Ibidem.*

⁷ Parte desse entendimento a abordagem do conceito de hegemonia nesse trabalho, aplicando-se, aí, a posição hegemônica dos EUA e a sua influência sobre as políticas de outros países.

⁸ GRAMSCI, Antonio. Apud: CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 2001, p. 95.

⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. cit.*, p. 147.

¹⁰ COX, Robert. *Op. cit.*, p. 52.

guerra de movimento poderia levar à dominação, aplicando-se apenas a força, sem encontrar resistência na sociedade civil. Já na Europa Ocidental, a sociedade civil era bastante desenvolvida, havia uma relação consistente entre o Estado – sociedade política, e a sociedade civil. Uma guerra de movimento poderia até levar à dominação do poder, ao controle do aparato estatal, mas isso não se perduraria, pois a sociedade civil organizada resistiria e reverteria esse processo de dominação. Ou seja, uma guerra de movimento não seria eficiente ante as sociedades estatais hegemônicas da Europa Ocidental. Para Gramsci, uma dominação política baseia-se muito mais numa ideologia que propriamente na força.¹¹

Uma alternativa seria a guerra de posição, entendida como uma estratégia cujo movimento aos poucos traria mudanças estruturais e fortaleceria os fundamentos sociais de um novo Estado. Essa estratégia exige a criação de novas instituições e o surgimento de novas fontes intelectuais para dar sustentação ao novo Estado, ao que Gramsci chamou de contra-hegemonia, ou contra-cultura: uma nova ideologia, com novos valores, que difundidos visam transformar a ideologia dominante.¹²

Essa é a estratégia norte-americana, adquirir “posições” que são reforçadas com sua hegemonia, e para o que a democracia é fundamental, pois parte do princípio da responsividade do Governo para com os seus cidadãos, que almejam as condições favoráveis de um governo democrático. Dessa forma, os Estados Unidos se utilizam da promoção da democracia para implantar ou reforçar o capitalismo de mercado e atender a seus interesses econômicos e estratégicos. Vale ressaltar que, embora essa estratégia tenha funcionado na maioria dos países da América Latina nos quais os Estados Unidos tenham demonstrado interesse, o mesmo não aconteceu em Cuba, cujo Governo continua resistente ao capitalismo e à democracia que aquele país tenta levar aos seus cidadãos.

Gramsci observou que nem todas as sociedades na Europa Ocidental eram formadas por uma burguesia hegemônica. Enquanto umas tinham se submetido a uma completa revolução social e trabalhado as suas conseqüências em novos modos de produção e relações sociais, outras simplesmente se submetiam a uma nova ordem ou regras impostas, sem se desfazer das próprias regras, gerando um conflito interno que não permitia o surgimento de uma hegemonia. Por não

¹¹ Ibidem, p. 53

¹² Idem.

envolver o levante de forças populares, Gramsci chamou esse processo de “revolução passiva”¹³, o que também caracteriza uma atitude contrária à hegemonia por descrever uma condição de uma sociedade não-hegemônica, onde nenhuma classe dominante foi capaz de estabelecer algum tipo de liderança, de hegemonia, e que hoje pode ser visto como característica dos países em desenvolvimento, ou do terceiro mundo.

A partir do entendimento da hegemonia e suas implicações, Gramsci traz esse conceito para o contexto das relações internacionais, onde hegemonia significa o domínio de um país sobre os outros num período determinado. Essa hegemonia é exercida em termos econômicos, culturais, tecnológicos e das instituições sociais. Para ele, modificações estruturais na sociedade influem diretamente nas relações internacionais por interferir também na sociedade política. O Estado mantém sua importância como ator, gerenciando sua política externa e militar. Mas um Estado hegemônico, com uma sociedade civil organizada¹⁴, acaba gerando uma dependência por parte dos demais Estados a partir do momento que determina suas prioridades e política externa de acordo com seus próprios interesses. Estados mais fracos sofrem a revolução passiva, sofrendo as consequências do desenvolvimento do Estado hegemônico, vivendo de maneira periférica, sem autonomia e sem desenvolvimento, apenas incorporando alguns elementos de aspectos econômico e cultural, sem a pretensão de adotar modelos políticos ou distorcer a ordem mundial.

A hegemonia no mundo atual está muito ligada a uma estrutura econômica, a um modo de produção dominante que acaba interferindo nas economias de outros países, assim como está ligada a uma estrutura social e política. São normas universais, instituições e mecanismos que ditam regras de comportamento aos Estados e às forças da sociedade civil que estruturam a sociedade política.

2. Sobre a democracia

A democracia tem se tornado uma forma hegemônica de regime de governo que se tem propagado pelos diversos países e é tida como forma ideal de governo, sendo pregada e até mesmo exigida na ordem mundial vigente.

¹³ COX, Robert. Op. cit, p. 54.

¹⁴ Para Cox, esses Estados são aqueles que passaram por uma profunda revolução social e econômica e trabalharam o bastante as consequências dessa revolução, na forma de relações estatais e sociais.

Na sua forma de entendimento mais popular, segundo o ditado que se atribui a Abraham Lincoln, a democracia é “o governo do povo, pelo povo, para o povo”. Num contexto global, onde certos valores predominam e se tornam valores almejados pela grande maioria dos povos, a democracia tem características fundamentais, as quais se busca aplicar a qualquer governo democrático. Uma característica importante é a democracia do voto. O sufrágio universal é uma característica inerente de um sistema democrático, embora isso por si só não signifique uma democracia plena.

A democracia está fundamentada nas relações institucionais e na relação das sociedades civil e política. A maneira como essas sociedades se organizam e interagem diz muito do tipo de governo de um povo. A liberdade é outra característica fundamental que está presente no discurso de vários autores quando se referem à democracia. E quando se fala de liberdade num contexto democrático, não se pode deixar de mencionar Alexis de Tocqueville, pensador francês do Séc. XIX, amante da liberdade e defensor da igualdade, e que, ao pesquisar a vida sócio-política nos Estados Unidos, viu na democracia norte-americana o bom perfil da democracia, a democracia liberal, segundo ele, processo universal fundamentado num constante aumento da igualdade de condições, sejam culturais, políticas ou econômicas. A partir do modelo norte-americano, Tocqueville procurou construir um conceito geral de democracia.¹⁵ Esse conceito é o que prevalece até hoje, e é o orgulho do governo e do povo norte-americano, sendo enfatizado a cada discurso oficial.

Segundo Tocqueville, a democracia, da forma como ele a observou e identificou nos Estados Unidos da época, tinha a defesa da liberdade como fundamento básico, assim como igualdade civil e política. A sociedade se organizava em comunas e não havia uma administração centralizada, mas uma participação direta do povo nos negócios públicos; o voto livre de impostos; a responsabilidade dos agentes do poder; a liberdade individual e o julgamento do júri¹⁶. Tocqueville sabia e defendia as diferenças individuais de cada pessoa, mas via a igualdade como igualdade de condições, onde o indivíduo não perderia a sua liberdade, mesmo a liberdade de ser diferente, que gera a desigualdade mas possibilita a cada indivíduo aproveitar a sua liberdade. Tocqueville defendia a proteção da diversidade de interesses, pois temia que igualdade

¹⁵ QUIRINO, Célia Galvão. “Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade”. In: WEFFORT, Francisco C. (org.) *Os clássicos da Política*. Vol 2. São Paulo: Editora Ática, 2003, p. 153.

¹⁶ VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *A Democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarim, 1998, p. 98.

demais acabasse com a diversidade, levando a uma padronização, o que acabaria por formar uma tirania da maioria¹⁷, embora defendesse que seria a ação política de um povo que definiria se aquela democracia seria liberal ou tirânica. Já a liberdade em excesso levaria ao individualismo, que daria origem ao despotismo. Por isso a necessidade de um equilíbrio entre liberdade e igualdade.

Para Tocqueville, as pessoas se unem em associações livres de acordo com seus interesses, e as decisões são tomadas de acordo com a vontade da maioria, num somatório de interesses individuais. Há uma descentralização administrativa, onde não se leva em conta a divisão de poderes, mas sim a divisão de grupos, que gera uma estabilidade maior, pois os cidadãos se associam para defender os seus direitos, sentindo-se, assim, compelidos a participar no processo. Dessa forma, o poder não se concentra em uma única mão, fazendo sombra à sociedade, mas é dividido, atenuado. Para evitar a tirania, as vontades dos grupos devem se equilibrar, o que é possível através da liberdade.

Diante das ameaças do despotismo e da tirania, Tocqueville aponta para a ação política dos cidadãos e a existência e manutenção de certas instituições como dificultadores desses processos. As pessoas devem exercer sua cidadania, participando dos processos decisórios e acompanhando e participando das políticas do Estado. As instituições têm sua importância na descentralização administrativa, fazendo com que os cidadãos participem na defesa de seus direitos. É fundamental também para se manter a democracia a existência de uma Constituição e leis que amparem os cidadãos. De qualquer forma, não bastam só as garantias de leis, a liberdade tem que ser praticada através de ações políticas¹⁸.

Antes de Tocqueville, por ocasião da elaboração da nova constituição dos Estados Unidos da América, já estava presente nos escritos de James Madison¹⁹ a sua preocupação com relação a dispositivos que impedissem a formação de um governo tirânico. Fazia-se necessário o estabelecimento de controles bem definidos sobre os detentores do poder. Como observa Fernando Limongi, ao analisar os textos de *O Federalista*, “As estruturas internas do governo

¹⁷ A tirania da maioria é entendida por Tocqueville como o desenvolvimento de uma sociedade onde hábitos e valores são definidos por uma maioria, impedindo a manifestação de idéias por parte da minoria.

¹⁸ QUIRINO, Célia Galvão. Op. cit, p. 155.

¹⁹ James Madison foi um dos autores que publicaram ensaios no intuito de contribuir para a ratificação da Constituição norte-americana pelos Estados. Não é considerado um teórico, mas grande colaborador da formação política norte-americana, defendendo com suas idéias o pensamento liberal. Veio a se tornar o quarto presidente norte-americano.

devem ser estabelecidas de tal forma que funcionem como uma defesa contra a tendência natural de que o poder venha a se tornar arbitrário e tirânico”²⁰.

É a partir dessa preocupação que Madison expõe a teoria da separação dos poderes, fundamentada em Montesquieu, baseada numa distribuição horizontal das três funções principais do Estado – legislativa, executiva e judiciária – por órgãos distintos e autônomos, e que está presente nas constituições dos regimes democráticos. O autor acredita que esta é uma forma segura de se evitar a tirania, prevenindo que os poderes se concentrem nas mesmas mãos ou que prevaleça sempre a vontade da maioria, deixando-se a minoria sempre excluída.

Madison defende a representatividade no governo, a república representativa, onde as funções de governo são delegadas a um número menor de cidadãos, e a área e o número de cidadãos sob a jurisdição de um único governo são maiores, opondo-se ao que ele chama de democracia pura – sociedade com um pequeno número de cidadãos que se reúnem e administram o governo pessoalmente. Ele acredita que, assim, embora haja grande número de interesses individuais em conflito, cuja organização em grupos ele chama de facções, essas se neutralizam reciprocamente, tornando impossível o controle exclusivo do poder por uma facção. Acredita, ainda, que a formação de uma maioria na sociedade se dê com base nos princípios da justiça e do bem comum. Isso impede que qualquer interesse particular tenha condições de suprimir a liberdade.²¹

O discurso norte-americano atual se baseia nesses princípios, e a sua hegemonia no campo político é exercida a partir da difusão desses princípios, da convicção de que somente um governo democrático que satisfaça as condições de liberdade e igualdade de um povo deve ser preservado, não se admitindo em qualquer hipótese outro regime de governo. Assim os EUA definem as suas políticas externas dirigidas aos diversos países, procurando difundir suas idéias e impondo as suas políticas.

Com o desenvolvimento das sociedades, o conceito de democracia se torna mais abrangente, passando a considerar, além da liberdade e igualdade dos cidadãos e o direito do voto, a questão de direitos fundamentais e cidadania, que envolve a participação efetiva das

²⁰ LIMONGI, Fernando Papaterra. “O Federalista: remédios republicanos para males republicanos.” In: WEFFORT, Francisco C. (Org.) *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2003, vol. 1, p. 249.

²¹ MADISON, James. Apud: LIMONGI, Fernando Papaterra. Op. cit, pp. 254-5.

pessoas no processo político, contando para isso com um conjunto de regras, princípios e instituições que organizam as relações sociais, os procedimentos para eleger governos e os mecanismos para controlar o exercício desses governos.

Ao se considerar o universo dos países, pode-se observar governos democráticos e autoritários, e alguns países que possuem algumas características democráticas, outros que se encontram em um processo de democratização ou de fortalecimento da sua democracia, mas que ainda não conseguiram atingir plenamente esse estado. Robert Dahl, cientista político contemporâneo, na introdução do seu *Um Prefácio à teoria democrática*, assim define a democracia: “... diz respeito a processos através dos quais cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre líderes.”²² E considera a democratização “um processo de progressiva ampliação da competição e da participação política”²³.

Dahl estabelece algumas condições que se fazem necessárias numa democracia, destacando a existência de instituições políticas sem as quais um moderno governo democrático não funcionaria, a saber:

- Funcionários eleitos, que exerceriam o controle das decisões do governo;
- Eleições livres, justas e freqüentes, para que se tenha a oportunidade de alternar os representantes, caso estes não correspondam às expectativas;
- Liberdade de expressão, sem o risco de sérias punições em questões políticas, podendo fazer críticas ao governo, ao regime, à ordem socioeconômica ou à ideologia prevalecente;
- Fontes de informação diversificadas, para que não haja algum tipo de influência direta;
- Autonomia para as associações, úteis para a obtenção de vários direitos, e que não devem sofrer coerção;
- Cidadania inclusiva, que inclui o direito de votar; de se candidatar para postos eletivos; de livre expressão; de ter acesso a fontes de informação independentes; de

²² DAHL, Robert A. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 11.

²³ Apud: Fernando Papaterra Limongi. In: “Prefácio.” DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 11.

formar e participar de organizações políticas independentes; e direitos a outras liberdades e oportunidades necessárias ao bom funcionamento das instituições políticas da democracia em grande escala.²⁴

A questão das associações é bastante representada nos dias de hoje pelos partidos políticos, instituição fundamental e característica da democracia moderna, além dos sindicatos, grupos de interesse, associações de moradores, entre outros.

Por considerar essas instituições como únicas dentro de um moderno governo representativo democrático, Dahl chamou ao conjunto dessas instituições de *Poliarquia*²⁵, definindo o sistema político dotado dessas instituições de democracia poliárquica, e salientou a importância dessas instituições para satisfazer a critérios democráticos tais como: participação efetiva; controle de programas de planejamento das decisões do governo; igualdade de voto; entendimento esclarecido; e inclusão plena.

É importante ressaltar que Tocqueville já observara essas características na sociedade norte-americana, de onde concluiu, então, que naquele país o povo era soberano, “a sociedade se governa por si mesma” e o poder da maioria era ilimitado.²⁶

A questão econômica, fruto do desenvolvimento do capitalismo mundial, é uma preocupação dentro de uma sociedade democrática. As diferenças sociais, a desigualdade extrema, a pobreza, a falta de uma educação básica, são preocupações a serem consideradas por um governo democrático, que deve buscar promover o bem estar dos seus cidadãos, oferecendo-lhes oportunidades para o seu desenvolvimento cultural, social e político. Isso é típico do sistema político democrático, que busca ser responsivo a todos os seus cidadãos.

A economia capitalista de mercado presente nas democracias poliárquicas, embora funcione dentro de uma perspectiva liberal, onde o Estado tem pouca influência sobre ela, e serve a interesses particulares de indivíduos ou empresas que buscam ganhos cada vez maiores, proporciona o desenvolvimento econômico, o qual gera o ambiente ideal para o desenvolvimento de democracias. Para Robert Dahl, é através da economia capitalista de mercado que se pode propiciar a redução da pobreza, alcançando melhores padrões de vida para uma população, o que

²⁴ DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, pp. 99-100.

²⁵ *Ibidem*, p. 104.

²⁶ Tocqueville. Apud: DAHL, Robert A. *Op. cit.*, p. 102.

ajuda a reduzir os conflitos sociais e políticos. Com o aumento da riqueza de um país, este consegue proporcionar uma melhor educação para os seus cidadãos, preparando-os para melhor exercer a sua cidadania. Percebe-se, também, o surgimento de um estrato social onde os indivíduos “buscam a educação, a autonomia, a liberdade pessoal, direitos de propriedade, a regra da lei e a participação no governo”.²⁷ Isso traz conseqüências sociais e políticas que são favoráveis à democracia, pois uma vez que existe a participação efetiva dos cidadãos nas políticas do Estado, este deixa de controlar essas políticas de forma autoritária, não havendo a necessidade de um governo central forte.

Dahl observa que a democracia só tem existido em países com uma economia capitalista de mercado, e se essa economia existiu e perdurou em algum país não-democrático, ela ajudou a produzir a democratização, de onde se conclui que a economia capitalista de mercado é inteiramente desfavorável aos regimes não-democráticos²⁸, o que é possível se analisar a partir dos estudos de casos apresentados nesse trabalho, em capítulo posterior.

A presença do governo, entretanto, se faz necessária na regulamentação das instituições do capitalismo num regime democrático. Embora o capitalismo traga, de maneira geral, conseqüências benéficas para a população e para a democracia, existe o lado obscuro da economia capitalista de mercado, que pode trazer malefícios à sociedade que vão desde a desigualdade na distribuição de riquezas aos efeitos nocivos ao meio-ambiente, e outras questões que envolvem diretamente os cidadãos e que precisam ser controladas ou regulamentadas, como políticas fiscais, seguridade social, segurança, alimentação, saúde, direito da propriedade, entre outros. Em sofrendo essas conseqüências, é sabido que alguns cidadãos possuem mais influência do que outros no controle do programa de planejamento das decisões do governo, o que, por si só, caracteriza uma desigualdade política, contradizendo o fundamento moral da democracia. Dessa forma, observa Dahl:

*“O capitalismo de mercado favorece grandemente o desenvolvimento da democracia até o nível da democracia poliárquica. No entanto, devido às conseqüências adversas para a igualdade política, ele é desfavorável ao desenvolvimento da democracia além do nível da poliarquia .”*²⁹

A partir desse entendimento, pode-se ir além nessa interpretação, levando em conta a visão de Atílio Boron, um dos autores que pensam nessa linha, que expõe uma ameaça à

²⁷ DAHL. Robert A. Op. cit, p.185.

²⁸ Ibidem, p.187.

²⁹ Ibidem, pp.194-95.

democracia dentro da própria democracia, reforçando toda uma crítica em torno de uma associação direta entre democracia, liberdade e capitalismo.

A relação entre mercado e democracia pode, portanto, gerar contradições. O autor observa, no crescimento do capitalismo de mercado, o surgimento de novos e imponentes atores políticos, que são as empresas transnacionais, as quais possuem grande alcance, tanto em termos políticos como em termos sociais e até mesmo ideológicos, sendo capazes de gerar desequilíbrios “no âmbito das fracas instituições e práticas democráticas das sociedades capitalistas”.³⁰

São os efeitos da exclusão econômica, social e política provocada pelo crescimento desordenado do mercado que contribuem para a decadência das instituições da democracia representativa. Observa-se uma diminuição dos espaços públicos em detrimento dos privados; a lógica mercantil prevalece numa inversão de direitos dos cidadãos no que se refere à saúde, educação, justiça, lazer, preservação do meio-ambiente e até mesmo da segurança cidadã, função que era atribuída ao Estado originalmente. Nesse contexto, tudo se torna um bem ou serviço negociável, o objeto do mercado prevalece, e a preservação da democracia está em jogo, pois sua lógica de funcionamento é incompatível com a lógica dos mercados.³¹

Boron faz uma analogia da lógica de funcionamento da democracia e do mercado. A primeira tem uma lógica ascendente, onde a organização do poder social se constrói de baixo para cima, cria-se sistemas de representação e constitui-se uma autoridade política, havendo o reconhecimento da igualdade jurídica e da autonomia dos indivíduos, além de uma legitimidade nas decisões. O mercado, por sua vez, obedece a uma lógica descendente, onde os grupos beneficiados por seu funcionamento ditam as regras, que são impostas de cima para baixo, sem nenhum critério democrático, não havendo uma base de apoio ou qualquer possibilidade de se submeter a qualquer aprovação dos cidadãos, que vão apenas sofrer as conseqüências.³²

Além disso, a democracia não se prende às restrições da estrutura capitalista, propiciando a criação de uma ordem política baseada na soberania popular que obedece a uma lógica includente, incorporativa e participativa, como tenta fazer acreditar Dahl, e que não se observa na

³⁰ BORON, Atílio A. *A Coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001, p. 173.

³¹ *Ibidem*, p. 176.

³² BORON, Atílio A. *Op.cit*, p. 177.

evolução do capitalismo, mesmo o chamado capitalismo democrático. Este, aliás, não possui nenhuma preocupação com justiça, o que se caracteriza como o objetivo final da democracia.³³

Por fim, a lógica expansiva da democracia parte da igualdade estabelecida na esfera da política e se estende ao campo da sociedade e da economia, contrapondo-se à expansividade dos mercados, que provocam processos de privatização e mercantilização dos direitos do cidadão.³⁴

A visão de democracia de Atilio Boron não segue o modelo democrático da visão tocquevilliana, ou os princípios de Madison, ou ainda as definições de Dahl. Ao associar capitalismo com democracia, ele mostra as contradições do sistema, o que vai servir de fundamento para a crítica e resistência à hegemonia norte-americana, como é o caso específico de Cuba.

Nesse sentido, os EUA não percebem, ou não querem perceber, os efeitos da exclusão econômica, resultado do capitalismo selvagem, que pode ser menos intenso no país, mas que é bastante sentido nos países latino-americanos, e que acabam se tornando um contraponto à democracia liberal.

³³ BORON, Atilio A. Op.cit, p. 178.

³⁴ Ibidem, p. 184.

II. A DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

A democracia é, primeiro e acima de tudo, um ideal. [...] Sem uma tendência idealista, uma democracia não nasce e, se nasce, debilita-se rapidamente. Mais do que qualquer outro regime político, a democracia vai contra a corrente, contra as leis inerciais que governam os grupos humanos. As monocracias, as autocracias, as ditaduras são fáceis, aparecem sozinhas; as democracias são difíceis, têm que se promovidas e é preciso acreditar nelas.

Giovanni Sartori

Este capítulo, antes de detalhar a situação específica do Chile e Cuba com relação aos seus regimes de governo, traz um panorama geral da democracia na América Latina, mostrando pontos relevantes do desenvolvimento da democracia na região, apontando os avanços, as dificuldades, e os desafios que a grande maioria desses países ainda têm que enfrentar no sentido de consolidar esse regime. Nesse sentido, importante estudo recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD sobre a democracia na América Latina tornou-se a fonte principal para o desenvolvimento deste capítulo.³⁵

1. Um panorama da América Latina

Com um histórico colonialista e ainda considerados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, os países da América Latina têm avançado na sua luta pela democracia. Habitada por povos desejosos de um regime que lhes proporcione liberdade, igualdade e condições mínimas para uma vida digna, a América Latina sempre sofreu os efeitos da ordem mundial vigente, onde o país hegemônico acaba impondo certas regras. Chamados também de países periféricos³⁶, com uma sociedade civil nem sempre preparada para a luta pelos direitos

³⁵ PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. São Paulo: LM&X, 2004.

³⁶ Para análise mais profunda sobre a teoria da dependência que fala dos países periféricos, ver, por exemplo: CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

democráticos, encontrando-se muitas vezes às margens desse processo, esses países viveram, em sua maioria, instabilidades políticas e econômicas que dificultaram o alcance ou a consolidação de um regime democrático, onde estariam presentes, além da democracia do voto, o desenvolvimento e a coesão social, a democracia de cidadania.

Muitos dos países latino-americanos atravessaram longos períodos de transição para um regime democrático e, enquanto alguns conseguiram manter o seu ideal, outros se viram vítimas de golpes militares e autoritarismos. Após vários anos de luta em prol de um ideal democrático, pode-se dizer que a democracia é o regime que predomina nos países da América Latina, onde seus critérios básicos podem ser observados, embora seja visível a fragilidade desse regime em alguns países, tanto no plano político quanto no que se refere à economia capitalista de mercado, à busca por igualdade e a preservação da liberdade.³⁷

Alguns sinais visíveis apontam o fortalecimento da sociedade no ensejo de uma consolidação democrática. Embora nos últimos anos tenha havido tentativas de golpe militar em países da América Latina, nenhum foi bem sucedido, e os autores desses golpes têm sido levados a responder perante tribunais por seus atos ilícitos. Os novos líderes eleitos, como parte da classe dominante, adquiriram consciência das suas responsabilidades e das necessidades de mudanças econômicas e sociais em prol da democracia. Conscientes também ficaram de que “a pior das democracias era preferível, para seus interesses, à melhor das ditaduras”.³⁸

O estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que deu origem ao Relatório do PNUD sobre a Democracia na América Latina, baseado em consultas feitas em 18 países da região, envolvendo inclusive entrevistas a formadores de opinião e líderes políticos, como presidentes e ex-presidentes, enfatizou a participação dos cidadãos, os limites do poder democrático e a confiança nas instituições e nas relações com os poderes de fato. O Relatório ressalta que os latino-americanos são conscientes de que a democracia não tem conseguido acabar com a pobreza e diminuir a desigualdade social, mas também estão seguros de que a economia não pode e não deve ser excluída do processo de tomada de decisão democrático, acreditando que a democracia está diretamente ligada ao bem-estar econômico.

³⁷ PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. São Paulo: LM&X, 2004, p. 36.

³⁸ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p. 345.

O voto, característica de todos os regimes democráticos, é visto nos países com menor tradição democrática como um fator de participação política da sociedade, enquanto que nas democracias mais antigas o voto já é algo habitual, não sendo considerado no momento de avaliar o nível de participação. Para essa avaliação, exigem-se formas mais ativas desse exercício, como os partidos políticos, ou mesmo atividades fora deles, através de organizações da sociedade civil, uma vez que nos países com menor tradição democrática o nível de confiança nos partidos é muito baixo. Essa posição fortalece as instâncias de deliberação e de decisão no âmbito local.

Um fato positivo observado através do estudo é que existem maior controle e limitação dos governos por parte da sociedade na maioria dos países latino-americanos, havendo uma cobrança maior pela validação dos direitos. Isto refletiria o fortalecimento da sociedade civil e dos meios de comunicação, importante instrumento no processo democrático. São considerados como fontes de informação diversificadas, geradores de agendas, e também como grupo de pressão, predispondo a opinião pública a favor ou contra diferentes iniciativas, embora haja controvérsias sobre sua forma de agir, podendo ocorrer eventuais excessos.³⁹

Embora a maioria dos consultados reconheça que seu país possua as condições mínimas de uma democracia, onde existe concorrência, controle e limitações, muitos reconhecem que ainda falta muito para satisfazer completamente aos critérios democráticos, para uma consolidação democrática, principalmente no que se refere às condições de vida da população. Insere-se nesse contexto problemas econômicos e sociais de desigualdade e pobreza: a distribuição de riqueza é bastante desigual, a miséria está sempre presente, o que leva alguns líderes a questionar como pode haver democracia nessas condições.

A tabela a seguir mostra alguns números sobre democracia, pobreza e desigualdade na América Latina, comparados com dados da Europa e Estados Unidos da América. Vale ressaltar que na quase totalidade dos países latino-americanos o voto é obrigatório, exceto na Colômbia e Venezuela. Já nos EUA e Europa o voto é opcional.

³⁹ PNUD, p. 171.

Tabela 1: Democracia, pobreza e igualdade

Região	Participação eleitoral (%) (1)	Desigualdade (2) (Coeficiente de Gini)	Pobreza	PIB per capita (US\$)
América Latina	62,7	0,552 (déc 90)	42,8 (3)	3792 (2004)
Europa	73,6	0,290 (dez 2002)	15,0 (4)	22600 (2002)
EUA	43,3	0,344 (2002)	11,7 (5)	36100 (2002)

FONTES: PNUD

- (1) Votantes com base na população com direito a voto 1990-2002.
 (2) Valor mais alto corresponde a um grau mais alto de desigualdade.
 (3) Média ponderada por população dos dados de pobreza entre 1998-2002.
 (4) Eurostat PCM-BDU, Dez 2002.
 (5) US Census Bureau 2001, Poverty in the US 2002.

O estudo mostra, também, que embora as instituições democráticas tenham se fortalecido sobremaneira nas últimas décadas, os poderes paralelos ou de fato ainda se encontram muito presentes em alguns países da América Latina, sendo exercidos por grupos econômicos e empresas, pela Igreja, ainda capaz de influenciar os fiéis, pelos meios de comunicação e por famílias tradicionais. Até mesmo instituições que teriam outras funções acabam exercendo o poder, como as Forças Armadas. Alguns fatores são considerados de risco para o bom funcionamento da democracia na região, seja como fator limitador interno, através de controles institucionais inadequados e da presença de grupos de interesses diversos, seja como limitador externo, que se manifesta através dos comportamentos dos mercados internacionais, das avaliações de risco atribuídas aos países e do papel dos organismos internacionais de crédito, muito presentes no dia-a-dia dos países, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial, que acabam ditando as normas da política econômica do país, isso sem falar na influência que os Estados Unidos da América têm sobre esses órgãos e que refletem nos países.⁴⁰

Outro fator considerado de risco é a ameaça do narcotráfico que, além de tentar controlar o aparelho estatal e partes significativas do território, cria fortes incentivos para a manutenção de uma economia informal, o que impede o desenvolvimento econômico do país. Em alguns casos, existem quadros de verdadeira guerra civil, onde os índices de violência são muito altos. O narcotráfico traz outras conseqüências sérias aos países, que vão desde a corrupção, afetando o comportamento de parte dos dirigentes políticos, até o fato de atrair a atenção de países como os

⁴⁰ PNUD, pp. 167-168.

Estados Unidos da América, o que gera uma grande pressão externa que acaba por limitar a esfera de ação dos governos nacionais.

Os partidos políticos, tão importantes e representativos da participação na democracia, atravessam um período crítico no que diz respeito a sua credibilidade e prestígio, e também no que diz respeito a sua representatividade, uma vez que existe um grau de personalismo dentro dos partidos e a disputa interna é intensa. Isso acaba gerando processos políticos que ferem preceitos fundamentais do modelo democrático. Como consequência, não há uma consistência nas equipes de governo. Além disso, na opinião dos latino-americanos, os partidos políticos não se modernizaram e já não conseguem exercer influência no sentido de resolver os problemas da população, não sendo capazes de apresentar novas propostas ou reafirmar suas ideologias. A crítica maior está na corrupção existente e nos interesses pessoais, satisfeitos através do poder adquirido, sem levar em conta os interesses da sociedade ou sem ter, entre suas metas, programas que venham a atendê-la. Isso vem favorecer o surgimento de organizações não-governamentais, ou organizações da sociedade civil, para preencher as lacunas deixadas pela classe política através dos governos.⁴¹

Diante dos vários problemas ressaltados através do estudo, os latino-americanos conseguem identificar pontos a serem enfrentados no sentido de fortalecer a democracia nos diversos países, tais como “a necessidade de realizar uma reforma política para fortalecer as instituições; necessidade de tomar medidas significativas que ajudem a enfrentar as profundas iniquidades das sociedades latino-americanas; a necessidade de fortalecer a educação em geral (não só o acesso a ela, mas também sua qualidade) e a cultura democrática em particular; e a necessidade de intensificar a luta contra a corrupção”.⁴²

Dentro das diferentes agendas dos países latino-americanos, as prioridades apresentam significativas variações, o que vai refletir o grau de democratização de cada um dos países. Na agenda política, o tema mais mencionado é a corrupção, seguido do papel deficiente dos partidos políticos e sua reforma; a agenda econômica destaca a reativação⁴³, embora se dê bastante espaço para temas como a dívida externa e a integração regional; o desemprego e a violência são prioridades na agenda social. É consenso entre o universo dos consultados que os grupos

⁴¹ PNUD, p. 165.

⁴² Ibidem, pp. 172-173.

⁴³ Por reativação, nesse caso, entende-se o uso de recursos produtivos, as privatizações e as reformas financeiras.

empresariais e os meios de comunicação são mais eficientes no sentido de modelar e impor a agenda, seja ela qual for, embora a agenda econômica sobressaia em prioridade geral. Dentro da agenda social existe um grupo específico, o dos acadêmicos, que reforça a necessidade das reformas nos setores de saúde e educação.⁴⁴

Grandes avanços e significantes conquistas podem ser observados com relação ao processo democrático na América Latina nos últimos vinte e cinco anos: vigência das liberdades; regularidade das eleições; reformas constitucionais que habilitaram mecanismos de democracia direta e reformularam ou criaram mecanismos de controle. Fica evidente, porém, a necessidade do fortalecimento das instituições, desde as legislativas, judiciárias, e até mesmo a polícia; de maiores avanços nos direitos civis e sociais; num maior comprometimento com a liberdade de imprensa e a proteção dos direitos humanos; de uma melhor distribuição de riquezas, uma vez que a questão da pobreza e da desigualdade social é um grande obstáculo na região; no desenvolvimento e consolidação da democracia de cidadania e, acima de tudo, faz-se necessário o surgimento de lideranças com perfis democráticos, governos confiáveis que assegurem a liberdade e que sejam responsivos à sociedade, a qual também deve estar fortalecida para demandar os seus direitos e participar ativamente para a concretização e consolidação do regime.⁴⁵

Os Estados Unidos da América, como país hegemônico atual, exercem ou exerceram forte influência na quase totalidade dos países da América Latina, e têm cumprido um papel fundamental na promoção da democracia na região, embora esse papel muitas vezes se reverta em interesses próprios daquele país, seja no campo político, estratégico ou econômico. Para entender a atuação desse país e o processo de transição democrática na América Latina, faz-se necessário verificar de perto situações específicas, para o que segue uma análise do processo não concluído, até mesmo fracassado, da tentativa de democratização de Cuba, onde se pode concluir que a contra-hegemonia desse país foi mais forte, assim como o processo democrático desenvolvido no Chile, após o golpe militar de 1973, analisando-se o período da ditadura militar e a recondução do país à democracia.

⁴⁴ PNUD, p. 174.

⁴⁵ Ibidem, p. 177.

2. Cuba

Existe uma grande dificuldade em se desenvolver um trabalho teórico sobre o regime de governo ou a história de Cuba em função da escassez de material didático sobre o país⁴⁶. Muito do que se sabe sobre Cuba é através de relatos e reportagens jornalísticas de pessoas que conseguiram ter acesso ao país, principalmente no período que vai desde a revolução cubana até vinte anos atrás, quando o regime era bastante fechado. Cuba não possuía relações diplomáticas com a grande maioria dos países do mundo, incluindo o Brasil, e a entrada no país era extremamente dificultada. Ressalta-se o fato de que essas reportagens, em geral, tinham uma conotação bastante negativa.

Uma outra dificuldade consiste em se separar a história de Cuba dos Estados Unidos da América, país que, embora tenha uma posição totalmente contra o governo cubano, esteve sempre ligado ou envolvido de alguma forma aos fatos mais marcantes que aconteceram naquele país, seja nas etapas históricas ou socioeconômicas.

Único Estado socialista das Américas, Cuba é mais uma vítima dos governos autoritários e golpes militares tão comuns nos países da América Latina. Sua história é conturbada, alternando entre colônia, país independente e militarismo/ditadura. Longe de ser uma democracia ao estilo liberal, porém, Cuba possui alguns dados positivos na área social, mas também apresenta sérios problemas econômicos. O país não apresenta características democráticas, como as instituições de Dahl, nem possui uma economia de mercado; a economia é fechada, as empresas são estatais e a violação dos direitos humanos, como o direito de ir e vir ou o direito à própria vida, é um problema recorrente.

Do início a meados do século XX, a República de Cuba foi domínio norte-americano, que sempre teve interesses políticos, militares e estratégicos na ilha. O país funcionava como um “quintal” norte-americano, havendo mesmo a idéia de anexar o território, com cassinos e cabarés que serviam de refúgio aos ricos cidadãos daquele país, fazendo um enorme contraste com a

⁴⁶ No âmbito desta monografia, foram utilizadas fontes bibliográficas aqui citadas de páginas da *web*, assim como um livro de caráter jornalístico do jornalista Fernando Morais, *A Ilha*, fontes essas consideradas confiáveis, de grande valor, por serem relatos de pessoas que estiveram em Cuba em algumas ocasiões e procuraram apresentar um estudo sobre o país.

pobreza da ilha.⁴⁷ Um resquício dessa dominação é a base naval americana de Guantânamo, localizada em território cubano e posse dos americanos até hoje.

Até janeiro de 1959, Cuba era governada por um ditador – Fulgêncio Batista, cujo governo, apoiado pelos EUA, foi marcado pela repressão e também pela atração de investimentos americanos através dos setores açucareiro, de mineração, jogos e turismo, mas que, todavia, não beneficiava a população de um modo geral. Batista foi deposto por guerrilheiros liderados por Fidel Castro e Che Guevara, que até então não apresentavam uma política definida, mas buscavam defender a causa da liberdade contra a tirania.⁴⁸ Os guerrilheiros tiveram apoio da população e discreta simpatia da Casa Branca, mas ao assumirem o governo, aproximaram-se da União Soviética e começaram a impor programas de reforma agrária e nacionalização das empresas no país, inclusive norte-americanas, o que levou à gradativa adoção de medidas de represália por parte dos EUA contra o país. Em janeiro de 1961 deu-se o rompimento das relações diplomáticas entre Cuba e EUA, começando um período tenso que perdura até hoje. Desde então, já há mais de quatro décadas, Cuba vive sob o regime de Fidel Castro, praticamente isolada do resto mundo, vivendo pressões e embargos econômicos impostos pelos EUA.

Cuba teve como aliada durante o período da Guerra Fria a União Soviética, responsável por grande suporte econômico e financeiro ao governo de Fidel. As piores dificuldades econômicas vieram com o fim da União Soviética, que pôs fim à ajuda daquele país, fato que se somou à queda do preço internacional do açúcar, principal produto de exportação de Cuba. No ano de 1993 o déficit fiscal de Cuba chegou a 30% do PIB, sendo reduzido para 2,5% já em 1996. Foi nesse período, também, que se deu a fase mais crítica do embargo norte-americano a Cuba, com a aprovação da Lei Torricelli, que endurecia sobremaneira o embargo econômico imposto ao país, pretendendo estender extraterritorialmente as leis norte-americanas, impondo sanções aos países que comercializassem com Cuba.⁴⁹

Mas, no final da década de 90, o governo foi capaz de promover um ajuste macroeconômico sem qualquer interferência externa, chegando inclusive a adotar medidas de liberação em alguns setores da economia. Entre as reformas promovidas pelo governo destacam-

⁴⁷ CAMPAGNUCIO, Helio. “Precisamos olhar para Cuba sem preconceitos.” Disponível em: <<http://www.unb.br/ceam/nescuba/artigos/artigo2.htm>>. Acesso em 25/10/2005.

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 426.

⁴⁹ MORAIS, Fernando. *A Ilha*. 30ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1976, 2001, p. 26.

se: transformação das fazendas coletivas em cooperativas; legalização de transações com moeda estrangeira, até então proibidas; modesta abertura para pequenos negócios no setor de serviços e a abertura ao investimento direto estrangeiro. Grande impulso foi dado ao turismo, que se tornou importante fonte de divisas.⁵⁰

Com as novas medidas, o país conseguiu recuperar seu crescimento econômico chegando a um crescimento de 5,6% em 2000. Além do turismo e da cana-de-açúcar, principal produto, o fumo, níquel, pesca e as indústrias farmacêuticas e de biotecnologia deram grande impulso à economia do país. Em 2001, o índice de desemprego era de apenas 4,1%.⁵¹

O governo socialista de Fidel, entretanto, tem uma grande preocupação com o social, e trabalhou para erradicar o analfabetismo do país. Tanto a saúde como a educação são gratuitas para os cubanos até a universidade. Além disso, o governo oferece também bolsas de estudos para estrangeiros (latino-americanos, africanos e caribenhos) para o nível de graduação, mestrado e doutorado. O país possui um excelente centro de medicina, tendo promovido grande avanço nessa área, e oferece um excelente serviço de assistência à saúde à população, o que inclusive consta em dispositivo constitucional. A taxa de mortalidade infantil é das menores do mundo.⁵²

Quase que a totalidade (98%) dos cubanos recebem energia elétrica e têm acesso a água potável e saneamento básico, assim como possuem moradia própria (85%). O sistema de seguridade social é bastante eficiente e abrangente. O país é um dos pólos de cinema e das artes mais importantes do mundo, oferecendo salas de cinema, museus, galerias de arte, teatros e bibliotecas à população.⁵³

Mas existem áreas deficitárias, como a área de transportes e comunicações. Sem falar que o socialismo de Cuba, embora privilegie a sociedade com medidas relativas ao bem-estar social, vai contra os preceitos de democracia, principalmente quando se menciona Tocqueville, pois tolhe a liberdade das pessoas, não dá oportunidades aos cidadãos que, embora tenham uma igualdade proporcionada pelo Estado, não conseguem exercer a sua liberdade de lutar por uma melhoria de vida ou a simples liberdade de ir e vir.

⁵⁰ CAMPAGNUCIO, Helio. "Precisamos olhar para Cuba sem preconceitos." Disponível em: <<http://www.unb.br/ceam/nescuba/artigos/artigo2.htm>>. Acesso em 25/10/05.

⁵¹ Idem.

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

Um outro fator que denuncia a contra-democracia em Cuba é o cerceamento à liberdade de imprensa. Os órgãos de imprensa cubanos são estatais, embora não tenham sido necessárias leis para tanto, pois após dois anos do governo de Fidel os proprietários dos meios de comunicação, em sua maioria famílias ligadas à indústria açucareira, acabaram abandonando seus jornais, estações de rádio e televisão, que foram assumidos por simpatizantes do governo e estatizados.⁵⁴ Esses órgãos funcionam até hoje, mas a sua leitura é muito voltada aos interesses comunistas do país. Destacam-se ali as notícias negativas sobre a economia norte-americana, assim como se ressaltam os fatos negativos da Cuba antes de Fidel, que já não mais estão presentes no dia-a-dia da população, como fotos de prostitutas na rua, meninos pedindo esmola e filas de Cadillacs à porta dos cassinos.⁵⁵

Cuba é o típico exemplo da contra-hegemonia que tem resistido à pressão do *hegemon*, mantendo-se fechada às influências externas, preservando sua cultura, sua economia, sua identidade. A sua postura é como uma guerra de posição, onde a sociedade, embora pressionada e mantida por um governo forte, que vive alheia aos acontecimentos do mundo, sente-se satisfeita com aquilo que o governo pode oferecer em termos de saúde, educação e outras necessidades básicas para seus cidadãos. Cuba resiste à cultura hegemônica, ou à idéia de globalização.

3. O Chile

O Chile tem vivido um processo de transição democrática que se arrasta desde as eleições presidenciais que levou Aylwin ao poder, em 1989. O país possui características próprias do regime e o governo reconhece o regime democrático como vigente no país. Porém, há vários indícios de que a democracia no Chile não está completa, embora se tenha mantido eleições livres desde então, a economia de mercado tenha se desenvolvido satisfatoriamente, e vários índices econômicos e sociais, como o IDH⁵⁶, colocam o Chile à frente de vários países latino-americanos. Mas os enclaves autoritários ainda perduram e continuam atrapalhando o processo. As eleições de 1994 não permitiram ao governo aumentar seu número de parlamentares, o que lhes daria

⁵⁴ MORAIS, Fernando. Op. cit, p. 102.

⁵⁵ Ibidem, p. 104.

⁵⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano do Chile em 2005, de acordo com relatório do PNUD, é de 0,854, nível considerado alto, deixando o país em 37º lugar no ranking.

maioria que possibilitaria a realização de reformas políticas e constitucionais que permitissem acabar com tais enclaves. O nível de participação eleitoral tem diminuído e, ainda que haja uma diminuição da pobreza, aumentam as desigualdades sociais. Por outro lado, o governo atual tem consciência das dificuldades e se esforça por recuperar o processo de democratização, enfrentando o desafio de superar as pendências para a consolidação da democracia, sabendo que a dificuldade maior está no campo da política, onde se faz necessária uma reforma ativa de revalorização pública e institucional da democracia.⁵⁷

Como os demais países da América Latina, o Chile viveu momentos difíceis ao longo de seus mais diversos governos. País de perfil democrático, também passou pelos traumas de um golpe militar quando, em 1973, o Presidente Salvador Allende foi violentamente tirado do poder e morto em consequência do golpe militar liderado pelo General Augusto Pinochet, ditador que ficou no poder por 17 anos.

Salvador Allende foi o primeiro presidente socialista do Chile, defendendo uma igualdade econômica e social. Não conseguiu manter a estabilidade econômica do país, o que resultou em intensa crise e galopante inflação. Tinha contra o seu governo a postura norte-americana de não suportar um marxista no poder, o que contribuiu para o apoio dos Estados Unidos ao golpe que o tirou do comando.

O governo do General Augusto Pinochet⁵⁸, embora tenha dado grande impulso ao desenvolvimento da economia chilena, foi marcado pela violência, com alto grau de violação dos direitos humanos. Além do que, pela Constituição de 1980, Pinochet criou leis que viriam beneficiar a ele próprio, como a sua permanência no cargo de Chefe Militar até 1998, e a dificultar o desentrelaçamento militar no processo de governabilidade do país (enclaves autoritários)⁵⁹. Ficou ali previsto um plebiscito, para 1988, para escolha do novo presidente, cujas regras dariam um poder de oito anos ao candidato indicado por uma junta militar que alcançasse a maioria dos votos. O próprio Pinochet foi o indicado por unanimidade pelos militares, mas, todavia, não alcançou a maioria dos votos, o que permitiu a eleição do governo democrático, graças à

⁵⁷ AGGIO, Alberto. "O Chile de Lagos: o desafio do novo curso democrático." Disponível em: Gramsci e o Brasil. <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv129.htm>> Acesso em: 25/10/2005

⁵⁸ O General Pinochet ocupou o cargo de Chefe Militar do Chile até 1998, beneficiado por lei criada por ele próprio.

⁵⁹ Além de Pinochet como Chefe Militar, também os Comandantes da Marinha, Aeronáutica e Polícia seriam mantidos até 1998, tendo direito a voz e voto no Conselho de Segurança Nacional e não podendo ser destituídos pelo Governo; senadores designados e vitalícios; Lei Eleitoral; composição e atribuições do Conselho de Segurança Nacional e do Tribunal Constitucional.

consciência e apoio da sociedade civil, sociedade política e dos partidos políticos que tão bem se organizaram, formando a “Concertación de los Partidos por la Democracia”.⁶⁰

Na sua luta pela consolidação democrática, o Chile enfrenta problemas na sua própria constituição, que estabelece um sistema eleitoral com características não-democráticas, onde o Governo tem o poder constitucional de nomear nove dos quarenta e sete membros do senado, além de prever a aposentadoria de quatro senadores não-eleitos, e que acabam assumindo quatro cadeiras extras no Senado, como comandantes militares. A Constituição de 80 foi parcialmente emendada em 1989, às vésperas do General deixar o governo, e manteve os traços autoritários, contendo inclusive regras que dificultam os procedimentos de revisão constitucional, como a aprovação por 60% das duas casas para aprovação de mudanças. Dessa forma, o governo democrático do Presidente Aylwin, que assumiu em março de 1990, se viu obrigado a aceitar a Constituição autoritária existente, e embora declarasse que a transição democrática no Chile havia sido completada, faltavam-lhe componentes que, por definição, dizem respeito a uma completa transição, como a autoridade de um governo para gerar novas políticas.⁶¹

Além disso, junta-se o fato dos militares não apoiarem reformas que tirem seu poder⁶², de onde se pode concluir que a militarização ainda é muito forte naquele país, o que vem a dificultar sobremaneira uma completa transição democrática num curto ou médio prazo, embora possua condições econômicas favoráveis.⁶³ Como afirmam Linz e Stepan, “...a hierarquia militar, salvo se derrubada por potências estrangeiras ou por uma revolução, continuaria como parte permanente do aparato estatal, durante e após a transição e, portanto, como parte integrante da máquina que o novo governo democrático terá que tentar administrar.”⁶⁴ Pode-se dizer que a situação no Chile já avançou um pouco com relação a isso, mas essa hierarquia militar predominante ainda é um resquício que precisa ser eliminado.

Isso está explicitado nas políticas e normas deixadas como herança pelo ditador: o Tribunal Constitucional foi preenchido com membros nomeados por ele; foi criada uma Lei

⁶⁰ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

⁶¹ Ibidem, pp. 244-245.

⁶² Mudanças na constituição chilena exigem maioria de dois terços dos votos, o que torna necessário o apoio da oposição para tais mudanças.

⁶³ “That other September 11th”. *The Economist* [on line], vol. 368, ed. 8340, 6/9/2003. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 27 nov 2005. Acesso restrito.

⁶⁴ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. Op. cit., p. 186.

Orgânica que aumentou a autonomia institucional das Forças Armadas; cerceamento do direito do presidente de decretar aposentadoria compulsória de oficiais, o que obrigaria qualquer governo a manter os oficiais nomeados pelo governo ditador até que eles atingissem a idade da aposentadoria compulsória; qualquer resolução com relação aos oficiais só poderia ser da iniciativa do comandante-em-chefe, além de outros entraves que dificultassem enormemente a formulação de políticas de qualquer governo de transição.⁶⁵

O primeiro governo democrático do Chile após o golpe de 1973 não teve muita opção, a princípio, senão conviver com as regras impostas pela Constituição vigente, enclaves autoritários que ofereciam perigo e dificuldade de serem removidos, onde boa parte do aparato estatal não estava sob seu controle. Todavia, com origem em eleições livres e com um bom desempenho na política econômica, seu poder aumentou gradativamente, chegando a obter maioria na câmara baixa e pluralidade no Senado, conseguindo alterar a seu favor as relações de poder no Estado, na sociedade civil e na sociedade política, onde residia sua maior força.

Contando com as sociedades civil e política cada dia mais conscientes da necessidade e desejosas da redemocratização do país, o novo governo democrático chileno foi avançando em outras áreas, como a cobrança pelos crimes cometidos contra os direitos humanos durante a ditadura Pinochet. O governo de Aylwin adquiriu seu estilo próprio, formulando e implementando um conjunto coerente de programas em todas as áreas, os quais não foram de encontro à Constituição nem foram barrados pelos antigos aliados de Pinochet, o que por si só já caracterizava atitudes democráticas do governo e refletia cada vez mais o apoio e a confiança da sociedade no governo, legitimando a democracia naquele país. Daí para a consolidação do regime, fazia-se necessário apenas a superação das últimas limitações à capacidade de formulação de políticas das instituições democráticas.⁶⁶

O Chile é um país democrático, embora deixe dúvidas com relação à consolidação desse modelo ainda em função da herança dos enclaves promovidos pelo governo ditatorial de Pinochet. O país tem promovido eleições livres que já levaram ao poder três presidentes eleitos desde 1990, Patricio Aylwin, Eduardo Frei e Ricardo Lagos. No entanto, em consequência das limitações impostas ao governo democrático, como as dificuldades enfrentadas no parlamento para a aprovação de medidas que fortaleceriam as instituições democráticas do país e aplicação

⁶⁵ LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. Op. cit, p. 246.

⁶⁶ Ibidem, pp.252-253.

de outras medidas, a população do Chile se mostra alheia ao processo político. Existe uma distância entre os cidadãos e o governo, o que se reflete no comportamento eleitoral representado pela falta de interesse e frustração em relação à política. Apesar do voto obrigatório, percebe-se um declínio no número de registro de eleitores, compensado apenas pela diminuição dos votos brancos e nulos registrados nas últimas eleições de 1999-2000. Vale ressaltar que a instituição militar é apontada ainda como uma das mais poderosas do país, o que vale dizer que “a influência militar constante sobre questões políticas importantes pode traduzir o sentimento de que o resultado das eleições dificilmente irá mudar o Chile para melhor”.⁶⁷

⁶⁷ EPSTEIN, Edward C. *Apatia e alheamento político numa sociedade paralisada: os limites da nova democracia chilena*. Opin. Publica. [online]. 2001, vol. 7, no.1. Disponível em: SCIELO <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100002&lng=pt&nrm=iso>, acesso em 20 nov 2005.

III. OS EUA E A AMÉRICA LATINA

Este capítulo busca retratar o exercício da hegemonia norte-americana no seu discurso de uma democracia hegemônica que busca aplicar aos países do mundo, fazendo um balanço das diversas interferências do governo norte-americano nos países latino-americanos, dando especial destaque à relação com Cuba e o golpe militar ocorrido no Chile em 1973.

O mundo em que vivemos já passou por diversas ordens mundiais, onde as prioridades dos diferentes governos, assim como o seu poderio, variavam de tempos em tempos. Ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, duas grandes potências hegemônicas emergiram, os Estados Unidos e a União Soviética, determinando a ordem da vez e ao mesmo tempo mostrando ao mundo as suas forças, o seu poder, embora tivessem posições contrárias. As duas potências viveram um confronto ideológico, de políticas e estratégias por mais de quatro décadas, o que se convencionou chamar o período da Guerra Fria em função de não haver um conflito armado direto entre os dois lados. Com o colapso e a dissolução da União Soviética, no final da década de 80, deu-se o fim da Guerra Fria, quando então os Estados Unidos assumiram a posição de grande potência hegemônica mundial.

País de grandes proporções, os Estados Unidos, república federativa de regime democrático consolidado, são a maior potência mundial, tanto em termos econômicos e tecnológicos como em termos bélicos. Grande defensor da democracia e da liberdade, o governo norte-americano, ao impor uma nova ordem mundial, tem aplicado uma política unilateral que prioriza seus próprios interesses, sendo capazes, como *hegemon*, de convencer os países do sistema que essas políticas também lhes interessam, acabando por tomar decisões de confronto e interferir nas políticas de outros governos. Mas como *hegemon* que consegue difundir sua ideologia, o país tem atuado junto à quase totalidade dos países reconhecidos como não-democráticos com o discurso de implantar a democracia como regime ideal de governo, o que é aceito pela comunidade internacional e pelos próprios países onde isso acontece, embora nem sempre a forma como isso tem acontecido seja a mais recomendada ou aceita, e embora também por trás desse objetivo de difundir a democracia se escondam outros de interesse daquele governo.

Por sua vez, a América Latina é conhecida como uma região com grandes contrastes. Observam-se aqui problemas econômicos, sociais e políticos, e também uma abundância em recursos naturais. Embora seja visível o progresso da democratização nos países da região, como visto no capítulo anterior, ficou evidente também que muitos governos ainda enfrentam dificuldades para consolidar a democracia hegemônica difundida pelos EUA. Nem sempre se conseguiu atrair a atenção dos governos de países desenvolvidos para os seus problemas, na tentativa de encontrar ajuda para superar grandes dificuldades. Mas o grande *hegemon* sempre esteve atento aos acontecimentos da região, especialmente no que diz respeito aos regimes de governo daqueles países, ou o que eles podiam representar em termos de ameaças.

Desde o início da Guerra Fria, a instabilidade social e política dos países de Terceiro Mundo, principalmente dos países latino-americanos, tinha para os EUA qualquer semelhança com o comunismo soviético. E, como observa Hobsbawm, os EUA, “protetores do *status quo* global”, estava sempre pronto a defender os países desse perigo, fosse por meio de ajuda econômica, propaganda ideológica, subversão militar oficial e não oficial, ou mesmo uma guerra. Para tanto, faziam alianças “com um regime local amigo ou comprado, mas, se necessário, sem apoio local”.⁶⁸

Numa visão bastante crítica da política externa norte-americana, Noam Chomsky⁶⁹ observa que o governo norte-americano sempre contou com grandes estrategistas, pessoas inteligentes e capazes que eram responsáveis pelos planejamentos estratégicos do país. Um deles, George Kennan, alto funcionário do Departamento de Estado e autor de um estudo de planejamento político no final da década de 40, ressaltava a importância de se concentrar nos objetivos nacionais imediatos, que não incluíam direitos humanos, elevação do padrão de vida ou democratização. Para ele, a maior preocupação da política externa norte-americana deveria ser a proteção das matérias-primas da América Latina. E “a idéia de que o governo tem responsabilidade direta pelo bem do povo” deveria ser combatida, pois isso se refletia no comunismo.⁷⁰

⁶⁸ HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 422.

⁶⁹ Noam Chomsky é um renomado lingüista americano e grande ativista intelectual. Sua postura crítica com relação à política norte-americana é bastante conhecida. Foi eleito em recente pesquisa elaborada pela Prospect e Foreign Policy o maior intelectual vivo do mundo, numa lista de cem nomes, ficando à frente de Umberto Eco e Jurgen Habermas

⁷⁰ CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1996, p. 13.

Embora exista uma grande assimetria entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e dos países da América Latina, o governo norte-americano sempre traçou suas políticas externas para a região sem se preocupar em desenvolver uma cooperação que pudesse beneficiar o outro lado. A invasão e ocupação do Haiti, de 1915 a 1934, e da República Dominicana, de 1916 a 1924, e em 1965 novamente, refletem interesses econômicos na região, quando empresas norte-americanas ali se instalaram e tomaram controle.⁷¹ Em 1954 foi a vez da Guatemala: o segundo governo após a derrubada da ditadura militar promove reformas que vão contra os interesses comerciais americanos, expropriando terras. O país responde imediatamente, fornecendo armas e apoio logístico para o golpe militar do Cel. Carlos Castillo. Houve também o apoio aos golpes no Brasil, em 1964, e no Chile, em 1973. No primeiro, havia independência demais, e no segundo, a ameaça do comunismo.⁷² Em El Salvador não foi diferente, a presença norte-americana perdurou por mais de uma década, financiando e apoiando governos ditadores e repressores. A cada golpe bem sucedido, governos ditadores se instalavam, instituindo “um estado de segurança nacional de estilo nazista, com repressão, tortura, etc.” E isso se espalhou por quase todo o hemisfério, de meados de 1960 até a década de 80.⁷³

Essa situação também se deu na Nicarágua, onde os EUA estiveram presentes por vários períodos desde o início do século XX. O governo norte-americano apoiou a ditadura Somoza, que se arrastou por 20 anos desde 1936. A ditadura Somoza é derrubada por rebeldes sandinistas em 1979, e sucessivos acontecimentos com a participação dos EUA transformam o país em ruínas.⁷⁴

Mais uma vítima dos controversos interesses norte-americanos foi o Panamá, que sofreu várias intervenções dos EUA e teve como chefe das forças armadas um aliado da CIA que era conhecido como um grande criminoso no mundo da droga, General Manuel Antonio Noriega. O país se tornou um grande centro de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas.

A grande resistência norte-americana aos países comunistas seria o fato de que esses deixariam de complementar as economias industriais do ocidente, e esse era o papel dos países do Terceiro Mundo na nova ordem mundial, fornecer matéria-prima. Portanto, o nacionalismo desses países era uma grande ameaça, assim como o foi Patricio Allende no Chile, que acabou

⁷¹ CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1996, p. 14.

⁷² *Ibidem*, p. 22.

⁷³ *Ibidem*, p. 40

⁷⁴ CHOMSKY, Noam. *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 15.

sendo minado pelos EUA. A estratégia era manter no poder governos anti-nacionalistas, que favorecessem os interesses norte-americanos, os investimentos privados do capital interno e externo, o lucro e a remessa dos mesmos para fora do país. Por mais insignificante que fosse o país, ele não poderia servir de exemplo para outros, o mal deveria ser eliminado. Dessa forma, em um momento havia intervenção e em outro momento apoio regular dos EUA, fazendo alianças com grupos de militares, considerados os menos anti-americanos na América Latina.⁷⁵

Sobre a política norte-americana para o Terceiro Mundo, Noam Chomsky afirma que os norte-americanos são “... radicalmente opostos à democracia se seus resultados não podem ser controlados. O problema com as democracias verdadeiras é que elas podem fazer seus governantes caírem na heresia de responderem às necessidades de sua própria população, em vez das dos investidores norte-americanos.”⁷⁶

No caso específico de Cuba, como mencionado anteriormente, existe uma forte associação entre esse país e os EUA, que sempre estiveram presentes no país, embora nunca de forma pacífica ou cooperativa. A tensão maior entre os dois países se deu após a revolução cubana de 1959, quando Fidel Castro assume o poder, promove a reforma agrária e nacionaliza as empresas no país, inclusive as americanas. Milhares de cubanos deixam o país, deslocando-se para os EUA. A presença dessa força política contrária e do descontentamento do governo norte-americano com a nova política cubana que vai contra seus interesses econômicos e ideológicos leva ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1961. Pouco tempo depois, a CIA organizou uma invasão de Cuba a partir da Baía dos Porcos, utilizando-se de exilados cubanos treinados por ela, mas que resultou num tremendo fracasso, deixando ali uma Cuba comunista isolada pelo bloqueio norte-americano.⁷⁷

Vale ressaltar que mesmo após o fracasso da invasão de Cuba a partir da Baía dos Porcos, os Estados Unidos continuaram a sua política de desestabilização do governo cubano, tentando convencer os governos latino-americanos de que Cuba era uma ameaça ao continente, e portanto, os países deveriam se unir para uma ação multilateral contra o país. Para grande decepção norte-americana, a oposição de países como o Brasil, Argentina, México e Chile inviabilizaram qualquer ação multilateral via OEA – Organização dos Estados Americanos. Enquanto isso, as

⁷⁵ CHOMSKY, Noam. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1996, p. 25.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 27.

⁷⁷ HOBBSBAWN, Eric. *Op. cit.*, p. 427.

Forças Armadas norte-americanas continuaram a treinar soldados, principalmente exilados cubanos, para um possível novo ataque à ilha.⁷⁸

A divergência entre os EUA e Cuba se agravou ainda mais quando, no final de 1961, o país se aliou à então União Soviética, adotando o regime comunista. A partir daí, o país passou a sofrer intensos bloqueios econômicos e políticos dos EUA, e acabou sendo expulso da OEA. Outro momento crítico foi a descoberta da instalação de uma base de mísseis nucleares soviéticos na ilha, em contraposição aos mísseis norte-americanos na fronteira soviética com a Turquia. Isso gerou forte tensão entre os EUA e a União Soviética, o que exigiu grande habilidade diplomática por parte dos países para se evitar um confronto nuclear. A Rússia foi obrigada a retirar os mísseis com a ameaça de uma guerra nuclear, mas os EUA acabaram retirando também os seus da fronteira soviética.⁷⁹

Os EUA e Cuba ainda não mantêm relações diplomáticas, e embora políticas econômicas restritas ao governo de Fidel sejam frequentemente relançadas pelo governo norte-americano, como visto no capítulo anterior, a contracultura cubana prevalece.

O governo democrático norte-americano sempre teve uma postura contrária ao comunismo, estando sempre alerta a esse tipo de ameaça e disposto a “ajudar” os países ameaçados, eliminando qualquer possibilidade de expansão do comunismo, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, quando havia um grande confronto com a União Soviética. O país promoveu guerras com o Vietnã e a Coréia, e desde os anos 60, com a revolução cubana e o governo socialista de Fidel Castro, os Estados Unidos se mantiveram mais alertas com receio de uma cubanização na América Latina.

O golpe militar no Chile é mais um caso da interesseira intervenção norte-americana nos países da América Latina. Embora haja opiniões contrárias a respeito da participação direta dos EUA, nunca se excluiu a sua participação, como mostram estudos de documentos oficiais revelados posteriormente, e que podem ser observados em tópico adiante. Allende teve seu governo desestabilizado e, como observa Hobsbawm, os EUA apoiaram, se não organizaram o golpe que derrubou seu governo.⁸⁰

⁷⁸ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, Cap. XI, p. 335.

⁷⁹ HOBBSAWM, Eric. Op. cit, p. 227.

⁸⁰ Ibidem, p. 429.

Em artigo escrito para a revista “Commentary”, em novembro de 2003, Mark Falcoff⁸¹ analisa a participação dos Estados Unidos no golpe baseado em relatórios de um comitê presidido pelo Senador democrata Frank Church e em documentos oficiais tornados públicos pela administração Clinton divulgados através do Arquivo de Segurança Nacional norte-americano, além de documentos fornecidos por Henry Kissinger, Secretário de Estado na época. Segundo Falcoff, o incômodo americano com a situação do Chile começou em setembro de 1970, com a eleição de Allende, político esquerdista com perfil marxista e fortes ligações com o bloco soviético, o que obviamente não agradava aos norte-americanos. Como o candidato não conseguiu a maioria dos votos, a regra seria que o Congresso chileno escolheria o vencedor, que não deveria ser, necessariamente, o primeiro candidato. Começaram, então, rumores de que haviam esforços para impedir a posse de Allende.

Falcoff relata que, à época, o Chile não era prioridade na política externa americana, mas o fato de um marxista assumir o poder incomodava profundamente o Presidente Nixon, que, em reunião com Kissinger, o diretor da CIA e o Procurador Geral, mostrou estar determinado a “salvar o Chile” de Allende, que era também tido como nacionalista, cujas políticas iriam contrariar os interesses econômicos norte-americanos. Nixon estava disposto a gastar \$10 milhões de dólares para provocar um golpe, se necessário. Mas a CIA não se achava pronta para provocar um golpe, e a primeira idéia foi convencer o Congresso chileno de não aprovar Allende, e sim o segundo colocado na eleição, Alessandri, que deveria renunciar em pouco tempo, abrindo espaço para novas eleições, o que possibilitaria a candidatura de Eduardo Frei.⁸² Para isso, tanto Frei quanto Alessandri deveriam estar de acordo e tinham a difícil tarefa de convencer o Congresso a escolher Alessandri, o que se provou inviável.

A segunda alternativa apontada pela CIA, através de seus agentes baseados no Chile, seria identificar um militar – um general – que tomasse o poder, dissolvesse o Congresso e mandasse o Presidente para o exílio, quando então uma junta interina convocaria novas eleições. Chegaram então a Roberto Viaux, general reformado com propósitos ideológicos e políticos que já havia antes conspirado contra o governo, e que estava disposto a aplicar um golpe, solicitando então

⁸¹ FALCOFF, Mark. “Kissinger & Chile: The myth that will not die”. *Commentary*. Nov 2003, vol. 116, 4a. Ed., pp. 41-49. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases, <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 11 out 2005. Acesso restrito.

⁸² Eduardo Frei estava deixando a presidência para o novo eleito, pois as regras não permitiam reeleição. Mas no caso de haver assumido um presidente depois dele lhe dava o direito de se candidatar novamente, tendo grandes chances de vencer Allende na disputa.

armas e munições do governo norte-americano. Sua atitude não inspirou confiança, e a CIA o manteve na retaguarda.

O Chefe das Forças Armadas na época, General René Schneider, se viu pressionado em várias ocasiões a “salvar o país”, mas a sua postura era de que os próprios políticos teriam que resolver o problema que eles mesmos teriam criado, e os militares não deveriam se envolver em uma aventura. A sua oposição ao golpe fez surgir a idéia de que ele deveria ser seqüestrado e exilado por um tempo, até que a situação se ajustasse.

Com receio de um golpe já previamente fracassado, e sabendo que a ação de Viaux não vingaria, Kissinger teria então desistido de agir a partir daquele ponto, embora a pressão devesse continuar e armas fossem repassadas pela CIA⁸³ para oficiais chilenos de um quartel em Santiago com o propósito de realizar o seqüestro de Schneider. Viaux teria sido orientado a se afastar da idéia, mas o militar chileno, que teve suas idéias reforçadas pela perspectiva norte-americana e também chegou a ser orientado para manter seu arsenal e se juntar a outros militares para possíveis ações, antes ou após a posse de Allende, quando teria o apoio dos norte-americanos, acabou agindo por conta própria e tentou o seqüestro do General Schneider, que acabou morto.

Mesmo depois da morte do General Schneider, o que provocou uma reação interna no país para a posse imediata de Allende, a CIA continuou com o seu propósito de depor o novo presidente através de um golpe a qualquer custo, e mesmo depois da posse, maximizar as pressões para desestabilizar o governo e limitar a implementação de políticas que fossem contrárias aos interesses norte-americanos. A postura do governo norte-americano era, entretanto, que se Allende tomasse posse, nada seria feito a favor do Chile, além de eliminar garantias financeiras aos investimentos privados no país; suspender as garantias já existentes; influenciar negativamente órgãos multilaterais de ajuda financeira; e não assumir novos compromissos de ajuda econômica bilateral. Além disso, o governo americano se dispunha a apoiar elementos democráticos opostos ao regime de Allende e a manter relações estreitas com a cúpula militar chilena. Soma-se a isso a ajuda financeira do governo norte-americano a partidos políticos não-marxistas, jornais, rádios e outros grupos contrários a Allende.

⁸³ O autor tenta justificar a atitude da CIA, a central de inteligência americana, em repassar as armas mesmo após a ordem de Kissinger de desfazer a ação pelo tom enfático do Presidente Nixon de impedir a posse de Allende a qualquer custo.

Após três anos de governo de Salvador Allende, a situação no Chile era caótica: ambiente político extremamente polarizado, a economia estava em colapso, o país estava falido, a área social comprometida, os trabalhadores em greve e revoltados com as medidas econômicas tomadas pelo governo. Havia escassez de comida, e a inflação ficou incontrolável; o presidente ficou refém dos militares para se manter no poder. O clima para o golpe estava pronto, e partiu de onde se esperava, dos oficiais militares, dessa vez liderado pelo General Augusto Pinochet.

Embora as interferências norte-americanas tenham provocado tantos efeitos negativos nos diversos países, sua estratégia de adquirir posições representa o exercício da sua hegemonia, que compreende a sua capacidade dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo, tornando-a abrangente e quase universal. Ao usar métodos que vão desde a ajuda econômica ou propaganda ideológica, passando por subversão militar oficial e não-oficial, os EUA acabam por moldar os interesses e as necessidades dos países, que se tornam seus dependentes. Tudo isso se dá no contexto de governos e sociedades civis fracas, onde as imposições de uma nova ordem se aplicam tanto a um quanto ao outro, pois não há uma relação consistente entre Estado e sociedade civil.

Com relação a Cuba, os EUA encontraram um Estado forte, que consegue exercer seu poder de coerção sobre a sociedade. Nem mesmo a guerra de movimento criada pelos norte-americanos foi capaz de tomar o governo do país, onde a população, já vítima de maus governos anteriores e vendo a possibilidade de mudar seu destino com o que a revolução pode lhes oferecer, constrói uma relação consistente com o Estado, procurando defender sua soberania e autodeterminação, apoiando-o na resistência à hegemonia dominante, o que resulta numa contra-hegemonia ou contra-cultura. O sentimento anti-americano predominante no país só tem reforçado essa posição da contra-hegemonia.

Após essa fase de debates ideológicos e conflitos internos na América Latina, onde os EUA tiveram participação direta e indireta, e embora ainda existam interpretações diversas com relação a essa participação, o governo norte-americano tem procurado caminhar para o que seria um consenso interno com relação à política norte-americana para a América Latina. Na década de 90, novas políticas foram anunciadas com base no que se chamou de “O Consenso de Washington”, englobando três aspectos básicos:

1. Ênfase em se estender a democracia e os direitos humanos;

2. Ênfase em livre comércio e integração econômica;
3. Ênfase em abertura de mercados, diminuição do estado e privatização, ou seja, capitalismo e liberalismo.

Para os idealizadores da política externa norte-americana, o consenso dessa nova agenda reside no fato de atender tanto a interesses wilsonianos idealistas, como democracia, direitos humanos e mercados livres, como aos interesses nacionais específicos, onde a estabilidade econômica propicia o domínio norte-americano.

Na sua análise, Howard Wiarda⁸⁴ observa como esses três aspectos estão diretamente relacionados, uma vez que democracia e direitos humanos ajudam a promover um clima estável e durável no qual a economia pode crescer e a classe média prosperar. Por outro lado, o desenvolvimento da economia, o livre comércio e a privatização criam um clima mais favorável para que a democracia e os direitos humanos sejam estabelecidos e consolidados.⁸⁵

Wiarda analisa esses três aspectos do consenso do ponto de vista do governo norte-americano. A agenda democrática reconhece que os países latino-americanos, excetuando-se Cuba, vivem democraticamente, embora em alguns países a democracia ainda não esteja completa ou consolidada, correndo alguns riscos. Nesses países, algumas ações, a política cultural e a estrutura social ainda não estariam de acordo com as mudanças político-institucionais favoráveis à democracia, concluindo-se que o processo democrático está incompleto.

Algumas agências e organizações têm sido criadas nos EUA com o intuito de promover políticas democráticas e eleitorais. Uma delas, a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID – Agency for International Development), através dos seus programas, tem procurado desenvolver a sociedade civil em alguns países latino-americanos, de extrema importância na intermediação entre o indivíduo e o Estado para o funcionamento de uma democracia pluralista, criando grupos que são orientados e que recebem ajuda financeira. O que se tem percebido, todavia, é que esses grupos só funcionam enquanto recebem ajuda financeira das instituições, não prolongando o seu trabalho ou o seu interesse.

⁸⁴ Howard J. Wiarda é professor de Ciência Política na Universidade de Massachusetts, EUA, e associado ao Centro para Estudos Internacionais e Estratégicos (CSIS), em Washington, DC.

⁸⁵ WIARDA, Howard J. “Consensus found, consensus lost: disjunctures in US policy toward Latin America at the turn of the century.” In: *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*. Primavera 97. Vol. 39. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases, <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 11 out 2005. Acesso restrito.

No que diz respeito ao livre comércio e integração econômica, a despeito da situação do México, que tem sofrido com sérias crises econômicas desde a sua entrada no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), os formuladores da política externa acreditam que isso beneficiaria todas as partes envolvidas. Para eles, a integração econômica entre o Norte da América desenvolvida, industrial, com alto nível educacional e tecnológico, com a parte Sul em desenvolvimento, rica em recursos, com economia agrícola e com mercados em expansão, seria bastante positiva, uma parte complementar a outra. Levando-se em conta o declínio nos recursos de ajuda financeira norte-americana àqueles países, a integração econômica e o comércio seria uma forma de baixo custo de se fortalecer as economias e as recentes democracias da região, trazendo estabilidade para uma área de grande proximidade e importância para os EUA.⁸⁶

Com relação à política de abertura de mercados, diminuição do Estado e privatização, os EUA têm percebido uma forte resistência dos países latino-americanos, principalmente após a experiência mexicana, que resultou num tremendo fracasso. Além do que, parte do que foi apresentado sobre essa política era de certa forma um exagero, não ocorrendo na prática. Primeiro que muitos líderes latino-americanos nunca se convenceram de que essa seria a agenda certa; eles preferiam uma posição estadista onde houvesse controle. Depois, que para a população desses países, a agenda de privatização significava perda de empregos, aumento da pobreza, possível violência, crise e uma diminuição no padrão de vida da sociedade, o que reforçava a idéia de uma aceitação política cada vez menor da privatização.

Outras conseqüências poderiam advir dessas políticas, e foram pressentidas também pelas próprias empresas latino-americanas, que não se sentiam competitivas o suficiente para enfrentar o mercado. Um capitalismo exacerbado e abertura de mercados só piorariam a situação do pobre na América Latina, criando um clima de injustiça social. E as pessoas esperavam do governo, além de programas sociais, uma posição forte, capaz de intermediar conflitos sociais e políticos, esperando que ele fosse fortalecido, e não enfraquecido, como propunham as novas políticas norte-americanas para a América Latina. A lógica de um Estado reduzido poderia ser favorável em aspectos econômicos, mas não políticos.

⁸⁶ WIARDA, Howard J. "Consensus found, consensus lost: disjunctures in US policy toward Latin America at the turn of the century." In: *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*. Primavera 97. Vol. 39. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases, <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 11 out 2005. Acesso restrito.

Ademais, existe um sentimento de “promessas não cumpridas” nas democracias capitalistas latino-americanas. A relação entre mercado e democracia não tem contribuído para atingir as metas relacionadas à modernização social, justiça distributiva, ética da solidariedade, ou democracia participativa.⁸⁷

Assim, as políticas norte-americanas para a América Latina, menos intervencionista do ponto de vista militar, mais ainda de grande peso ideológico, precisam ser revistas, devendo-se levar em conta as diferenças existentes entre os dois lados. A América Latina tem feito importante progresso rumo à democracia e ao crescimento econômico, embora não tenha chegado ao ponto considerado ideal pelos EUA. Mas, ao invés de radicalizar entre autoritarismo e democracia, ou economia fechada e mercado aberto, os formuladores da política norte-americana precisariam considerar as posições intermediárias existentes e aceitar que algumas nações latino-americanas nunca passarão por uma completa transição democrática ou econômica, e nunca chegarão ao ponto que eles desejam. Essa conscientização deveria ser debatida internamente, de forma política e ideológica, para que haja a aceitação de uma democracia parcial, controlada ou delegada, e uma economia com um certo grau de controle estatal. Isso evitaria que os EUA estivessem presos à formulação de políticas rígidas, gerando conflitos e recriminações como os que têm acompanhado quase todo debate político na América Latina.⁸⁸

Cabe aqui uma reflexão do conteúdo dos discursos estadunidenses e da realidade aplicada às diferentes situações. Ao propor uma política externa voltada para os países latino-americanos que priorize a democracia e os direitos humanos, o grande *hegemon* se esquece das condições predominantes na base naval de Guantânamo, posse norte-americana em território cubano, situação que tem gerado protestos no mundo inteiro, principalmente por parte de organizações não-governamentais de direitos humanos.

⁸⁷ BORON, Atílio. Op. cit, p. 250.

⁸⁸ WIARDA, Howard J. Op. cit.

CONCLUSÃO

A democracia é um regime de governo que se concretiza em diferentes níveis, tendo o voto popular como uma característica básica. O seu nível de desenvolvimento depende de vários fatores que vão desde a participação da sociedade à credibilidade das instituições democráticas de um país.

A América Latina conseguiu avançar de forma significativa com relação a essa forma de governo. Mas é importante que a avaliação desse regime na região, principalmente pelo grande *hegemon*, que tanto prega a democracia hegemônica quanto faz questão de interferir para sua consolidação, leve em conta que existem peculiaridades concernentes a cada país, de acordo com sua história ou mesmo cultura, dentro dos limites da interdependência. Essas peculiaridades, ou diversidades, não permitem ainda uma consolidação democrática nos modelos que os Estados Unidos tanto desejam.

A política democrática norte-americana até a década passada era, antes de tudo, uma política anti-comunista, que exigiu na maioria das vezes o apoio a ditaduras militares, obstáculo primário à democracia. Ao tentar exercer seu papel de potência hegemônica, os Estados Unidos acabam cometendo sérias injustiças aos povos e governos desses países, desrespeitando a soberania dos mesmos. No caso do Chile, país que possuía uma tradição democrática, o golpe militar sofrido com a participação do governo norte-americano e a instalação da ditadura trouxe sérias conseqüências presentes até hoje, onde, embora se mantenham várias características democráticas, percebe-se uma grande dificuldade com relação a sua consolidação. Os entraves criados durante os anos de ditadura militar no Chile impedem mudanças no funcionamento do sistema que prejudicam o avanço da consolidação democrática. E isso se reflete na participação da sociedade, que acaba se afastando do processo político e prejudicando a conclusão do mesmo.

Com relação a Cuba, a atitude hegemônica norte-americana não funcionou, o objetivo deles não foi atingido, embora as conseqüências do ato se prolonguem indefinidamente. Cuba vive sob um governo forte, sempre receoso de uma interferência mais direta por parte dos EUA, como se não bastasse o bloqueio econômico e o isolamento imposto por aquele país. Mas Cuba se mantém como o único país na América Latina que conseguiu enfrentar e resistir à hegemonia

dominante, desenvolvendo uma contra-hegemonia, ou contra-cultura. País socialista, Cuba mantém alguns níveis de excelência na área social, como saúde e educação, o que alguns países democráticos e que adotaram uma economia capitalista de mercado não conseguiram atingir.

Ao considerar o livre comércio e a integração econômica como novas políticas externas voltadas para a América Latina, assim como a abertura de mercados, os EUA vêm mais uma vez na busca dos seus interesses econômicos, utilizando-se do seu potencial de maior economia do mundo, onde a interdependência dos países mostra grande assimetria. O capitalismo de mercado pregado pelos EUA resultou num aumento da produção global, e a até ajudou no crescimento das economias dos países latino-americanos. Mas o que ficou mais evidente foram as “promessas não cumpridas” desse capitalismo, da integração da democracia com os mercados, que resultou numa grande injustiça social e um aumento considerável no nível de pobreza dos países latino-americanos.

O capitalismo de mercado acabou trazendo para os países menos desenvolvidos um efeito contrário ao que se esperava de um modelo de regime democrático, pois tem causado grande exclusão, onde a grande maioria da população se vê privada de certos direitos. E assim, a democracia no campo da igualdade política se enfraquece quando confrontada com tantas diferenças no campo econômico e social.

Na verdade, o que se pode concluir é que os EUA têm sim um grande interesse nos países da América Latina, mas que a sua preocupação em defender liberdades políticas e democracia nesses países está revestida de outros interesses, pois a sua habilidade em produzir mudanças políticas significativas é limitada, conquanto se tenha feito pela força, por meio das armas. Esses interesses significam a importância que esses países têm na complementaridade das necessidades econômicas norte-americanas, visto que são de extrema importância tanto como fornecedores de matéria-prima quanto como mercado consumidor para as empresas, que necessitam de consumidores para seus produtos de modo a gerarem uma maior renda e um lucro exorbitante que lhes darão mais poder. Isso só confirma o antagonismo da lógica do mercado com a lógica da democracia.

Assim, num estudo mais profundo da questão democrática na América Latina, ou no mundo, caberia a análise do real valor desse modelo ocidental como modelo hegemônico e a satisfação dos cidadãos com esse modelo, devendo essa avaliação ser feita com base no interesse

e participação da sociedade e a responsividade do Estado. Outra questão que merece uma abordagem mais profunda é a relação democracia e mercado, a ponto de se verificar até onde vão os benefícios do capitalismo para a consolidação da democracia, ou qual seria o papel dos Governos na viabilidade desse processo, procurando minimizar os efeitos negativos da lógica descendente do mercado.

Uma questão que surge é a manutenção do papel dos Estados Unidos como *hegemon*. Fica aqui a pergunta se ainda se pode acreditar num império americano, ou se existem razões suficientes que nos levem a crer num declínio desse poderio, se não abrindo espaço para um outro *hegemon*, dando oportunidade ao mundo de exercer sua soberania, seja em assuntos políticos ou econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). *Dicionário de Política*. 5^a. ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, Vol 1.
- BORON, Atílio A. *A coruja de minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.
- CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papyrus, 2001.
- CHOMSKY, Noam. *O império americano: hegemonia ou sobrevivência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: UnB, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COX, Robert. “Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method.” In: GILL, Stephen. *Gramsci, Historical materialism and international relations*. New York: Cambridge University Press, 1993.
- DAHL, Robert A. *Poliarquia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MORAIS, Fernando. *A Ilha*. 30^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1976, 2001.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *A Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãs*. São Paulo: LM&X, 2004.
- ROUQUIÉ, Alain. *O extremo ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

VÉLEZ RODRIGUEZ, Ricardo. *A democracia liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Mandarin, 1998.

WEFFORT, Francisco C. (Org.) *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 2003, vol. 1.

Internet:

AGGIO, Alberto. “O Chile de Lagos: o desafio do novo curso democrático.” Disponível em: Gramsci e o Brasil. <<http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv129.htm>> Acesso em: 25/10/2005.

CAMPAGNUCIO, Helio. “Precisamos olhar para Cuba sem preconceitos.” Disponível em: NESUCUBA.<<http://www.unb.br/ceam/nescuba/artigos/artigo2.htm>>. Acesso em 25/10/2005.

EPSTEIN, Edward C. *Apatia e alheamento político numa sociedade paralisada: os limites da nova democracia chilena*. Opin. Publica. [online]. 2001, vol. 7, no.1. Disponível em: SCIELO <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100002&lng=pt&nrm=iso>, acesso em 20 nov 2005.

FALCOFF, Mark. “Kissinger & Chile: The myth that will not die”. *Commentary*. Nov 2003, vol. 116, 4a. Ed., pp. 41-49. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases, <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 11 out 2005. Acesso restrito.

WIARDA, Howard J. “Consensus found, consensus lost: disjunctures in US policy toward Latin America at the turn of the century.” In: *Journal of Interamerican Studies & World Affairs*. Primavera 97. Vol. 39. Disponível em: Academic Search Premier – EBSCO Research Databases, <<http://search.epnet.com>>, acesso em: 11 out 2005. Acesso restrito.